

Contrato 002/2026

Processo nº 3050.01.0001988/2025-89

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS E A EMPRESA JJX  
COMERCIO E SERVIÇOS LTDA PARA OS FINS QUE MENCIONA**

**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.138.140/0001-23, com sede na Av. José Cândido da Silveira, 1.647, Bairro União, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31170-495 neste ato, conforme Portaria EPAMIG nº 7803, representada por seu Diretor de Administração e Finanças, Leonardo Brumano Kalil, inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*.001.036.\*\*, doravante designada **CONTRATANTE**, e a Empresa **JJX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.966.157/0001-71, com sede na Estrada Iaraqua nº 66, Bairro: Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por Jandui Lima Santos, Representante Legal, inscrito no CPF sob o nº \*\*\*.867.417-\*\*, doravante designada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, originário da Dispensa de Licitação com fulcro no art. 29, II da Lei 13.303/2016, Processo de Compras nº 3051002 000178/2025, Processo SEI nº 3050.01.0001988/2025-89 com base na Lei nº 13.303/2016 com suas alterações posteriores, aplicando-se, ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, sob as seguintes condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este contrato tem por objeto a *aquisição de Licença de Software Canva Equipes para atendimento da Assessoria de Tecnologia da Informação - ASTI*, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. O Termo de Referência SEI 126405808 e a proposta da contratada SEI 130578735 integram este instrumento independente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COMPRA	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Licença de Software Canva Equipes - para 8 usuários, pelo período de 12 meses	Serviço	01	<b>R\$258,33</b>	<b>R\$3.100,00</b>

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. Este contrato terá vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se a contagem na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O presente contrato terá o valor total estimado de **R\$3.100,00 (três mil e cem reais)**, conforme discriminado na Cláusula Primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, bem como diferencial de alíquota, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Na ocorrência de modificação na legislação pertinente a quaisquer dos tributos incidentes, inclusive que determine a criação ou a extinção, ou mesmo o aumento ou diminuição das alíquotas e bases de cálculo vigentes, posteriormente à data de assinatura deste Contrato, os preços previstos nos itens contratados sofrerão exclusivamente as alterações correspondentes às respectivas incidências, na exata proporção em que tais modificações possam aumentar ou diminuir os preços inicialmente estabelecidos.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DO RECURSO
3051 20 122 705 2500 0001 339040 0 60 1	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento pela execução do objeto deste Contrato será efetuado **no prazo de 15 (quinze) dias**, contado a partir da apresentação da nota fiscal e/ou fatura, com carimbo de veracidade do solicitante, para crédito do beneficiário em Banco e conta indicados pelo fornecedor após a entrega do objeto.

5.2. A CONTRATADA deverá enviar para CONTRATANTE, sob os cuidados do Fiscal do contrato, o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura), com no mínimo **05 (cinco)** dias úteis de antecedência ao vencimento.

5.3. Não sendo observado o prazo previsto no parágrafo anterior e demais condições previstas nesta cláusula, o atraso no pagamento será imputado à CONTRATADA, não decorrendo disso quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Os pagamentos serão efetuados em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.

5.5. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, o mesmo será devolvido à CONTRATADA e a contagem do prazo para o pagamento previsto no caput reiniciará a partir da data da apresentação do documento corrigido e certificado pelo Fiscal do contrato.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Poderá ocorrer o reajuste do valor ao final de cada período de 12 (doze) meses, na situação de ocorrência de variação inflacionária no período e para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese em que será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, apurado na forma prevista na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8898, de 14 de junho de 2013, ou outro que venha a ser fixado em razão de alteração na referida Resolução Conjunta.

6.2. O reajuste previsto nesta cláusula, pode ser registrado por simples apostilamento, a teor do art. 81, §7º, da lei 13.303/16 e do Regulamento Interno de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG.

6.3. O reajuste será concedido mediante solicitação formalizada pela CONTRATADA, acompanhada da respectiva memória de cálculo, sendo o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços, a data da apresentação da proposta.

6.4. Na hipótese de ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, decorrentes da teoria da imprevisão e a causar desequilíbrio econômico-financeiro, poderá ocorrer a revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito, desde que atendido os requisitos exigidos pelo Regulamento Interno de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do serviço são aquelas previstas no Termo de Referência.

7.2. O objeto não será recebido se executado em desacordo com a contratação, sujeitando-a, neste caso, às penalidades previstas neste contrato, no Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da EPAMIG e na legislação vigente.

7.3. Local da prestação do serviço e dados para faturamento:

<b>NOME FANTASIA</b>	<b>CNPJ</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	17.138.140/0001-23	062.150146.00-47	Av. José Cândido da Silveira, 1.647 - Bairro União	1.647	Belo Horizonte /MG	31170-495

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

8.1. A gestão e fiscalização da execução do objeto será efetuado por representantes designados pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, sendo:

- Gestor de Contrato: Andrezza Pereira Fernandes
- Fiscal de contrato: Anderson Jorge de Oliveira

8.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do serviço, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

8.4. A CONTRATANTE reserva-se no direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO**

9.1. A abstenção, pela EPAMIG, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato, ou a tolerância no cumprimento de qualquer obrigação contratada, não será considerada novação, renúncia ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo, caracterizando-se como mera liberalidade da parte, para a situação específica.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. Além das demais obrigações constantes no Termo de Referência e na legislação vigente,

competem à CONTRATADA:

- 10.1.1. prestar o serviço no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos;
- 10.1.2. dar garantia do serviço;
- 10.1.3. não transferir ou ceder, total ou parcialmente, os serviços ora contratados;
- 10.1.4. responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação do serviço, inclusive seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 10.1.5. atender a todas as obrigações contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EPAMIG naquilo que couber;
- 10.1.6. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela EPAMIG.
- 10.1.7. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a EPAMIG, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação, nos termos da Lei nº 13.303/2016.
- 10.1.8. cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- 10.1.9. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, de forma imediata e às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, apontados pelo CONTRATANTE.
- 10.1.10. responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.
- 10.1.11. reparar todos os danos e prejuízos causados à EPAMIG ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal.
- 10.1.12. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- 10.1.13. pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo a EPAMIG, a qualquer momento, exigir do Contratado a comprovação de sua regularidade.
- 10.1.14. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pelo fiscal.
- 10.1.15. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EPAMIG para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.
- 10.1.16. promover a substituição, sempre que solicitado justificadamente pela EPAMIG, de qualquer empregado e/ou subcontratado e/ou mandatário que venha a apresentar dentro das dependências da EPAMIG, comportamento em desacordo com a legislação, normas ou o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPAMIG
- 10.1.17. não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da EPAMIG, por acusação da espécie.
- 10.1.18. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.
- 10.1.19. a inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EPAMIG a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.
- 10.1.20. A contratada se obriga a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis,

referente ao objeto contratado, para servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo, em atendimento ao Art. 43 da Portaria Interministerial 424, de 30/12/2016 e suas respectivas alterações quando as contratações se fizeram por meio de CONVÊNIOS e CONTRATOS DE REPASSE firmados com RECURSOS FEDERAIS.

10.2. Além das demais obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência anexo e na legislação vigente, compete à EPAMIG:

10.2.1. Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através do gestor e fiscal designado.

10.2.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver conforme.

10.2.3. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato.

10.2.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito:

10.2.4.1. Quaisquer instruções, procedimentos, irregularidades, imprecisões ou desconformidades sobre assuntos relacionados ao Contrato;

10.2.4.2. A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para o exercício do contraditório e ampla defesa;

10.2.4.3. A aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1. A recusa total ou parcial na execução do contrato, bem como o atraso em desconformidade com o termo de referência caracterizam descumprimento das obrigações assumidas, e permitem a aplicação das sanções prevista na Lei Nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da EPAMIG.

11.2. O contratado cuja conduta esteja prevista em um dos incisos dos Artigos 82 a 84 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG, ficará sujeito às sanções, incluindo a de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPAMIG, pelo prazo de até 2 (anos) anos.

11.3. Conforme dispõe o art. 41, da Lei nº 13.303/16, aplicam-se a este contrato, as normas de direito penal contidas no art. 178 da Lei 14.133/2021.

11.4. O procedimento para a aplicação de sanções é aquele previsto no Regulamento Interno de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG, o qual observa o devido processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

11.5. As sanções previstas em Lei, serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP) e no cadastro de empresas inidôneas de que trata o [art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.6. São situações ensejadoras da aplicação de sanção à contratada, o atraso injustificado na execução do contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

11.6.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita a contratada à multa de mora, nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 13.303/16, limitada a 0,3% por dia, até o trigésimo dia de atraso.

11.6.2. A inexecução total ou parcial do contrato, sujeita a contratada às seguintes sanções, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 13.303/16:

I. advertência;

II. multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato para o caso de inexecução parcial;

III. multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato para o caso de inexecução total;

IV. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPAMIG, por prazo não superior a 2 (dois) anos

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por acordo entre as PARTES;

12.1.2. Unilateralmente;

12.1.3. Por via judicial.

12.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado, ainda:

12.2.1. Na hipótese de rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATANTE, por culpa da CONTRATADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo do pagamento de outras multas que lhe tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar à CONTRATANTE.

12.2.2. Em caso de rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATANTE, sem culpa da CONTRATADA, este terá direito a devolução de garantia, se houver; pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; pagamento dos custos de desmobilização incorridos, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE.

12.2.3. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos casos em que a CONTRATADA:

12.2.3.1. descumprir com as cláusulas contratuais;

12.2.3.2. praticar ato lesivo à administração pública previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.3.3. enquadrar-se nas demais hipóteses previstas no artigo 240 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – Deliberação EPAMIG nº 781.

12.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

13.1. Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, o presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos termos e limites da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG - Deliberação EPAMIG nº 781;

13.2. As alterações mencionadas no item 13.1 serão formalizados mediante a celebração de termo aditivo, salvo as hipóteses do artigo 81, §7 da Lei nº 13.303/2016 que dispõe sobre termo de apostila.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303 de 2016 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EPAMIG e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO E DA GARANTIA DO SERVIÇO**

15.1. As garantias do serviço são aquelas previstas no Termo de Referência, bem como a

estabelecida pela Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor – CDC, a partir da data de recebimento do serviço, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

15.2. As garantias do contrato serão conforme o termo de referência, observadas as diretrizes da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da EPAMIG – Deliberação nº 781 e em consonância com as normas aplicáveis à espécie.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, conforme previsto no Termo de Referência.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CESSÃO DO CONTRATO**

17.1. O presente contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a EPAMIG por terceiros.

17.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCO**

18.1. A EPAMIG e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes do presente contrato e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, os alocam à parte com maior capacidade para geri-los na Matriz de Riscos apresentada no Termo de Referência.

18.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

19.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela EPAMIG serão observadas as determinações que se seguem:

19.2. A EPAMIG exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

19.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

19.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;

19.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

19.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

19.2.5. “prática obstrutiva” significa:

19.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração;

significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

19.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro órgão de Controle de investigar e auditar

19.3. EPAMIG rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

19.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

20.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

20.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

20.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

20.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

20.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

20.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

20.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

20.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ANTINEPOTISMO**

21.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na entidade CONTRATANTE, salvo se investidos por concurso público.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

22.1. A CONTRATANTE publicará o extrato deste contrato no Diário Oficial Eletrônico do



**23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

23.1. É competente o foro de Belo Horizonte/MG para a solução de eventuais litígios decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, o qual é assinado eletronicamente via Sistema Eletrônico de Informação (SEI!MG).

Belo Horizonte/MG/2026.

Leonardo Brumano Kalil

**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG**

Jandui Lima Santos

**JJX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**



Documento assinado eletronicamente por **JANDUI LIMA SANTOS, Usuário Externo**, em 09/01/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Brumano Kalil, Diretor (a)**, em 09/01/2026, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **130733578** e o código CRC **EA14EF62**.

EDITAL DE VISTA

O Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao art. 29, § 2º, do Decreto 48.883/2024, observadas as demais exigências legais, faz publicar o presente EDITAL DE VISTA informando que se acham na sede desta Secretaria, os seguintes processos de regularização fundiária rural e comunica aos interessados que ocorreram as medições dos terrenos devolutos abaixo relacionado no município de AGUA BOA:

REQUERENTE	CPF/CNPJ	IMÓVEL	ÁREA (HA)
ARISTILDES ALVES DA SILVA	***.212.306.**	FAZENDA MUMBUCA	37,1560
GERALDO BARBOSA DOS SANTOS	***.087.086.**	FAZENDA GROTA DO GALANTE	73,5401
CARLOS VITOR RODRIGUES DOS SANTOS	***.915.106.**	FAZENDA CORREGO MARINHEIRO	15,1146
NILO FERNANDES DE MELO	***.812.198.**	SURUBI CACHOEIRA DA LUZ	60,5118

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, nesta Secretaria, no endereço Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 – bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-901, 10º andar, edifício Gerais, na Subsecretaria de Assuntos Fundiários ou por meio de requerimento formal constante no formulário disponível no site da agricultura.mg.gov.br (link http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/cidadao/2019-12-20-14-47-27/requerimentos) que terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da disponibilização do processo, para se manifestarem a respeito.

Belo Horizonte 12 de Janeiro de 2026  
Thales Almeida Pereira Fernandes  
Secretário de Estado Agricultura, Pecuária e Abastecimento

10 cm -12 2167969 - 1

EDITAL DE VISTA

O Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao art. 29, § 2º, do Decreto 48.883/2024, observadas as demais exigências legais, faz publicar o presente EDITAL DE VISTA informando que se acham na sede desta Secretaria, os seguintes processos de regularização fundiária rural e comunica aos interessados que ocorreram as medições dos terrenos devolutos abaixo relacionado no município de PARACATU:

REQUERENTE	CPF/CNPJ	IMÓVEL	ÁREA (HA)
MARIA APARECIDA DOS SANTOS LIMA	***.422.846.**	FAZENDA LIMA	13,3755

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, nesta Secretaria, no endereço Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 – bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-901, 10º andar, edifício Gerais, na Subsecretaria de Assuntos Fundiários ou por meio de requerimento formal constante no formulário disponível no site da agricultura.mg.gov.br (link http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/cidadao/2019-12-20-14-47-27/requerimentos) que terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da disponibilização do processo, para se manifestarem a respeito.

Belo Horizonte 12 de Janeiro de 2026  
Thales Almeida Pereira Fernandes  
Secretário de Estado Agricultura, Pecuária e Abastecimento

8 cm -12 2167964 - 1

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO Nº797  
SEI Nº 1230.01.0006343/2025-03

Termo de Doação Nº 797: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, inscrita no CNPJ, sob o Nº 18.715.573/0001-67, denominado DOADOR, e o Município de Alpercatá, inscrita no CNPJ, sob o Nº 18.332.627/0001-05, denominado DONATÁRIO. OBJETO: doação de equipamentos agrícolas: 01 (uma) unidade de caminhão pipa e 01 (uma) unidade de caminhão truck. VALOR R\$1.032.500,00 (um milhão, trinta e dois mil e quinhentos reais) FINALIDADE: Os equipamentos foram adquiridos com recursos provenientes do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado em 06/11/2024, que estabelece o compromisso de reparação integral dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do desastre. Para a execução do projeto os recursos foram oriundos da fonte 80 do Acordo de Repactuação do Rio Doce com base no saldo disponível no Anexo 12 – Lista 3 suficiente para garantir a cobertura orçamentária e financeira da iniciativa sustentável no âmbito do Estado de Minas Gerais. Assinam em 12/01/2026, o Secretário de Estado em exercício, Sr. João Ricardo Albanez, como representante do Doador, e o Prefeito do Município de Alpercatá/ MG, Sr. Rafael Augusto Franca Oliveira Machado, como representante do Donatário.

5 cm -12 2167786 - 1

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

NOTIFICAÇÃO Nº 1594/2026

O Instituto Mineiro de Agropecuária, por ato do seu Diretor-Geral, em exercício André Almeida Santos Duch, na forma do Art.12, do Decreto Nº 47.859, de 07de fevereiro de 2020, faz publicar os AUTOS DE INFRAÇÃO, cujos autuados(as) não foram localizados. Ficam os autuados abaixo relacionados notificados das respectivas autuações impostas, bem como do prazo de 30 (trinta) dias a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, para apresentar defesa em uma das unidades de fiscalização do IMA. Notificados:

Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
Transportadora RC Ltda.	47.006.812/0001-08	3131072025225511	Lei nº15.697/2005, art. 12, Inciso II, alínea “F”
J C Ferro Piracicaba	67.682.815/0001-79	3121052025171311	Lei nº15.697/2005, art. 12, Inciso II, alínea “F”
Luana Auxiliadora de Resende	***.969.606.**	3114082025161314	Lei nº15.697/2005, art. 12, Inciso I, alínea “B”

6 cm -12 2167993 - 1

NOTIFICAÇÃO Nº 1595/2026

O Instituto Mineiro de Agropecuária, por ato do seu Diretor-Geral, em exercício André Almeida Santos Duch, na forma do Art.12, do Decreto Nº 47.859, de 07de fevereiro de 2020, faz publicar os AUTOS DE INFRAÇÃO, cujos autuados(as) não foram localizados. Ficam os autuados abaixo relacionados notificados das respectivas autuações impostas, bem como do prazo de 30 (trinta) dias a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, para apresentar defesa em uma das unidades de fiscalização do IMA. Notificados:

Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
José Paulo Franco de Souza Bassoli	13.033.036/0008-90	3104062025104023	Lei nº10.021/1989, art. 5º, Inciso V; Decreto 30.879/1990, art.7º, Inciso V.
José Paulo Franco de Souza Bassoli	13.033.036/0008-90	3104062025103057	Lei nº13.451/2000, art.6º, Inciso VI; Lei nº16.938/2007, art. 4º; Decreto 30.879/1990, art.7º, Incisos IV e V; Lei nº10.021/1989, art. 5º, Inciso IV e V;
Fernando Monteiro Salles	31.531.134/0001-62	3130052025111638	Lei nº16.938/2007, art. 3º, Inciso I.
Fernando Monteiro Salles	31.531.134/0001-62	3130052025112139	Lei nº16.938/2007, art. 3º, Inciso I.
Eduardo Paim Barbosa	***.271.028.**	3127082025144853	Lei nº10.021/1989, art. 5º, Inciso IV; Decreto 30.879/1990, art.7º, Inciso IV.
Eduardo Paim Barbosa	***.271.028.**	3127082025145209	Lei nº10.021/1989, art. 5º, Inciso IV; Decreto 30.879/1990, art.7º, Inciso IV.
Eduardo Paim Barbosa	***.271.028.**	3127082025145531	Lei nº10.021/1989, art. 5º, Inciso IV; Decreto 30.879/1990, art.7º, Inciso IV.

10 cm -12 2167994 - 1

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SIAD:3041022 000001/2025 através do site www.compras.mg.gov.br. Processo EMATER-MG SEI nº 3040.01.0007492/2025-50 - Pregão Eletrônico nº 01/2025 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Conservação Geral e Material de Copa e Cozinha, para a EMATER-MG Unidade Regional de Patos de Minas conforme especificações constantes no Edital. Retifica-se a data para o recebimento das propostas e disputa publicada no dia 06/12/2025, caderno I, página 54 para o dia 27/01/2026. Informações: e-mail cpl3@emater.mg.gov.br Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2026 - Comissão Permanente de Licitação.

3 cm -12 2167610 - 1

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig

EXTRATO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Nº. 179/2025 - Contrato - Partes: EPAMIG e Marcelo Luiz Clemente Brandão - ME. Objeto: Aquisição de ferramentas para o setor de mecanização. Assinatura: 12/01/2026, Vigência: 12/01/2026 a 12/05/2026. Valor: R\$57.960,00. Proc.nº: 3051002 000186/2025. Assinam: (a) Leonardo B. Kalil - EPAMIG (b) Marcelo L.C. Brandão - MARCELO.

Nº. 002/2026 - Contrato - Partes: EPAMIG e JXX Comércio e Serviços Ltda. Objeto: Aquisição de Licença de Software Canva Equipes. Assinatura: 09/01/2026, Vigência: 09/01/2026 a 09/01/2027. Valor: R\$3.100,00. Proc.nº: 3051002 000178/2025. Assinam: (a) Leonardo Brumano Kalil - EPAMIG (b) Jandui Lima Santos - JXX.

TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO JURÍDICO

Nº. 295/2024 - 2º TA - Contrato - Partes: EPAMIG e Ticket Soluções HDEGT S/A. Objeto: Prorrogação da vigência por mais 12 meses. Assinatura: 09/01/2026, Vigência: 16/01/2026 a 16/01/2027. Assinam: (a) Leonardo B. Kalil - EPAMIG (b) Jeferson Tiago Souza (c) Luciano Rodrigo Weiland - TICKET LOG.

Nº. 311/2024 - 1º TA - Contrato - Partes: EPAMIG e Twister Soft Net Ltda. Objeto: Prorrogação da vigência por mais 12 meses. Assinatura: 08/01/2026, Vigência: 18/01/2026 a 18/01/2027. Assinam: (a) Leonardo B. Kalil - EPAMIG (b) Rodrigo Fonseca Silva - TWISTER.

5 cm -12 2168001 - 1

Fundação Clóvis Salgado - FCS

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Termo de Autorização de Uso Nº 228/2025- Entre a FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO/FCS, Ana Cristina Carvalho e Costa e Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais ; Objeto: Autorização de uso do Teatro João Ceschiatti; Valor: R\$ 30.264,00; Vigência: 03 (três) meses, contados a partir da publicação do seu extrato, na Imprensa Oficial; Signatários: Kátia Marília Silveira Carneiro/FCS , Ana Cristina Carvalho e Costa, Cassio Batista Pinheiro de Barcellos e Dilson do Espírito Santo ; Processo SEI: nº 2180.01.0001817/2025-12.

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Termo de Autorização de Uso Nº 232/2025- Entre a FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO/FCS, ESPINHAÇO CULTURAL LTDA e Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais ; Objeto: Autorização de uso do Teatro João Ceschiatti; Valor: R\$ 11.752,59; Vigência: 03 (três) meses, contados a partir da publicação do seu extrato, na Imprensa Oficial; Signatários: Kátia Marília Silveira Carneiro/FCS , Alberto Bichara de Senna, Cassio Batista Pinheiro de Barcellos e Dilson do Espírito Santo ; Processo SEI: nº 2180.01.0001814/2025-93.

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Termo de Autorização de Uso Nº 234/2025- Entre a FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO/FCS, 18.490.114 VERONICA OLIMPIA ALVES TANNURE e Sindicato dos Produtres de Artes Cênicas de Minas Gerais ; Objeto: Autorização de uso da Sala Juvenal Dias; Valor: R\$ 16.140,00; Vigência: 03 (três) meses, contados a partir da publicação do seu extrato, na Imprensa Oficial; Signatários: Kátia Marília Silveira Carneiro/FCS , Verônica Olimpia Alves Tannure, Cassio Batista Pinheiro de Barcellos e Dilson do Espírito Santo ; Processo SEI: nº 2180.01.0001749/2025-05.

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Termo de Autorização de Uso Nº 247/2025- Entre a FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO/FCS, Joana Ramalho Prado e Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais; Objeto: Autorização de uso daSala Juvenal Dias; Valor: R\$ 16.140,00; Vigência: 02 (dois) meses, contados a partir da publicação do seu extrato, na Imprensa Oficial; Signatários: Kátia Marília Silveira Carneiro/FCS, Joana Ramalho Prado, Cassio Batista Pinheiro de Barcellos e Dilson do Espírito Santo; Processo SEI: nº 2180.01.0001747/2025-59.

9 cm -12 2168008 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SUPERINTENDÊNCIA DE CADASTRAMENTO E ARRECADAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PELOS INTERESSADOS ACERCA DA INSTAURAÇÃO DE AÇÃO DISCRIMINATÓRIA ADMINISTRATIVA PROCESSO SEI Nº 1230.01.0005336/2024-35

A COMISSÃO ESPECIAL, criada por meio da Portaria SEDE 06/2024, com atribuição de promover o Processo Discriminatório Administrativo a que se refere o art. 16 e seguintes da Resolução Nº 44/2024, CONVOCA o requerente Salvinia dos Santos Mello, seus confrontantes, Maria do Carmo Gomes Lima (Fazenda Sapucaia), Nivaldo Ribeiro Lima (Fazenda Sapucaia), Antônio Ribeiro Lima (Fazenda Sapucaia), Moara dos Santos Mello (Fazenda Sapucaia), Amanda Rodrigues Martins (Fazenda Sapucaia e respectivos cônjuges, bem como os demais interessados, incertos ou desconhecidos, para tomarem ciência do procedimento discriminatório administrativo nº 28/2025, referente ao imóvel de aproximadamente, 107,3892 ha (cento e sete hectares, trinta e oito ares e noventa e dois centiares), denominado Fazenda Sapucaia, situado no município de Agua Boa, conforme memorial descritivo anexo, para, se assim quiserem, manifestarem interesse e apresentarem seus títulos, documentos, a natureza da ocupação e, se for o caso, testemunhas, no prazo de 60 (sessenta dias), a contar da presente publicação do edital de convocação, na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, situada à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001, 8º andar, Edifício Gerais, Serra Verde – CEP: 31.630-901 – Belo Horizonte/MG ou via postal, com aviso de recebimento. Comissão Especial responsável: Elizabeth de Almeida - Masp 1477915-1 (Bacharela em Direito); Renato Marinho Lages - Masp 1349700-3 (Geógrafo). Em caso de dúvida entrar em contato: elizabeth.almeida@desenvolvimento.mg.gov.br, (31) 3915-5057; barbara.silva@desenvolvimento.mg.gov.br, (31) 3915-5057. Memorial Descritivo: Inicia-se a descrição deste perimetro no vértice CXS-P-101163 de coordenadas 18º3'10.054" S e 42º13'18.477" W, situado nos limites da FAZENDA SAPUCAIA / MARIA DO CARMO GOMES LIMA, código INCRA 4180210182368 deste, segue confrontando com a FAZENDA SAPUCAIA / MARIA DO CARMO GOMES LIMA, código INCRA 4180210182368, com os seguintes azimutes e distâncias 101º59'57" e 54,27 m até o vértice CXS-P-101162 de coordenadas 18º3'10.421" S e 42º13'16.672" W, 120º7'34" e 64,20 m até o vértice CXS-P-101161 de coordenadas 18º3'11.469" S e 42º13'14.784" W, 99º17'11" e 7,24 m até o vértice CXS-P-101160 de coordenadas 18º3'11.507" S e 42º13'14.541" W, 80º5'59" e 17,17 m até o vértice CXS-P-101159 de coordenadas 18º3'11.411" S e 42º13'13.966" W, 70º22'16" e 10,62 m até o vértice CXS-P-101158 de coordenadas 18º3'11.295" S e 42º13'13.626" W, 48º20'34" e 37,52 m até o vértice CXS-P-101157 de coordenadas 18º3'10.484" S e 42º13'12.673" W, 103º18'41" e 47,54 m até o vértice CXS-P-101156 de coordenadas 18º3'11.840" S e 42º13'11.100" W, 132º54'2" e 42,28 m até o vértice CXS-P-101155 de coordenadas 18º3'11.776" S e 42º13'10.047" W, 120º16'12" e 7,02 m até o vértice CXS-P-101154 de coordenadas 18º3'11.891" S e 42º13'9.841" W, 113º22'5" e 7,21 m até o vértice CXS-P-101153 de coordenadas 18º3'11.984" S e 42º13'9.616" W, 54º10'5" e 32,14 m até o vértice CXS-P-101152 de coordenadas 18º3'11.372" S e 42º13'8.730" W, 37º49'31" e 19,42 m até o vértice CXS-P-101151 de coordenadas 18º3'10.873" S e 42º13'8.325" W, 45º11'53" e 9,12 m até o vértice CXS-P-101150 de coordenadas 18º3'10.664" S e 42º13'8.105" W, situado nos limites da FAZENDA SAPUCAIA / MARIA DO CARMO GOMES LIMA, código INCRA 4180210182368 e nos limites da FAZENDA SAPUCAIA / NIVALDO RIBEIRO LIMA deste, segue confrontando com a FAZENDA SAPUCAIA / NIVALDO RIBEIRO LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias 120º32'35" e 22,57 m até o vértice E4P-P-167116 de coordenadas 18º3'11.037" S e 42º13'7.444" W, 103º0'15" e 14,76 m até o vértice E4P-P-167115 de coordenadas 18º3'11.145" S e 42º13'6.955" W, 102º30'01" e 21,03 m até o vértice E4P-P-167114 de coordenadas 18º3'11.293" S e 42º13'6.257" W, 104º45'21" e 15,82 m até o vértice E4P-P-167113 de coordenadas 18º3'11.424" S e 42º13'5.737" W, 109º12'47" e 5,42 m até o vértice E4P-P-167112 de coordenadas 18º3'11.482" S e 42º13'5.563" W, 113º57'29" e 38,62 m até o vértice E4P-P-167111 de coordenadas 18º3'11.992" S e 42º13'4.363" W, 113º37'52" e 20,87 m até o vértice E4P-P-167110 de coordenadas 18º3'12.264" S e 42º13'3.713" W, 113º44'33" e 31,39 m até o vértice E4P-P-167109 de coordenadas 18º3'12.675" S e 42º13'2.736" W, 114º47'28" e 18,63 m até o vértice E4P-P-167108 de coordenadas 18º3'12.929" S e 42º13'2.161" W, 111º59'43" e 14,37 m até o vértice E4P-P-167107 de coordenadas 18º3'13.104" S e 42º13'1.708" W, 113º4'12" e 17,42 m até o vértice E4P-P-167106 de coordenadas 18º3'13.326" S e 42º13'1.163" W, 112º31'31" e 22,80 m até o vértice E4P-P-167105 de coordenadas 18º3'13.610" S e 42º13'0.447" W, 112º34'34" e 16,18 m até o vértice E4P-P-167104 de coordenadas 18º3'13.812" S e 42º12'59.939" W, 111º56'21" e 19,75 m até o vértice E4P-P-167103 de coordenadas 18º3'14.052" S e 42º12'59.316" W, 119º25'59" e 36,61 m até o vértice E4P-P-167102 de coordenadas 18º3'14.637" S e 42º12'58.232" W, 148º9'32" e 9,70 m até o vértice E4P-P-167101 de coordenadas 18º3'14.905" S e 42º12'58.058" W, 151º38'50" e 14,43 m até o vértice E4P-P-167100 de coordenadas 18º3'15.318" S e 42º12'57.825" W, 153º40'16" e 11,87 m até o vértice E4P-P-167099 de coordenadas 18º3'15.664" S e 42º12'57.646" W, situado nos limites da FAZENDA SAPUCAIA / NIVALDO RIBEIRO LIMA e nos limites da FAZENDA SAPUCAIA / ANTONIO RIBEIRO LIMA deste, segue confrontando com a FAZENDA SAPUCAIA / ANTONIO RIBEIRO LIMA, com os seguintes azimutes e distâncias 206º7'5" e 20,51 m até o vértice E4P-P-167098 de coordenadas 18º3'16.263" S e 42º12'57.953" W, 200º31'52" e 17,70 m até o vértice E4P-P-167097 de coordenadas 18º3'16.802" S e 42º12'58.164" W, 194º46'53" e 62,84 m até o vértice E4P-P-167096 de coordenadas 18º3'18.778" S e 42º12'58.709" W, 205º12'4" e 12,64 m até o vértice E4P-P-167095 de coordenadas 18º3'19.150" S e 42º12'58.892" W, 208º43'42" e 38,67 m até o vértice E4P-P-167094 de coordenadas 18º3'20.253" S e 42º12'59.524" W, 211º46'22" e 26,98 m até o vértice E4P-P-167093 de coordenadas 18º3'20.999" S e 42º13'0.007" W, 212º36'14" e 24,67 m até o vértice E4P-P-167092 de coordenadas 18º3'21.675" S e 42º13'0.459" W, 211º3'55" e 11,34 m até o vértice E4P-P-167091 de coordenadas 18º3'21.991" S e 42º13'0.658" W, 201º51'29" e 32,23 m até o vértice E4P-P-167090 de coordenadas 18º3'22.964" S e 42º13'1.066" W, 196º20'40" e 8,36 m até o vértice E4P-P-167089 de coordenadas 18º3'23.225" S e 42º13'1.146" W, 198º18'46" e 5,15 m até o vértice E4P-P-167088 de coordenadas 18º3'23.384" S e 42º13'1.201" W,

195º6'10" e 8,69 m até o vértice E4P-P-167087 de coordenadas 18º3'23.657" S e 42º13'1.278" W, 198º28'13" e 13,00 m até o vértice E4P-P-167086 de coordenadas 18º3'24.058" S e 42º13'1.418" W, 197º51'59" e 17,93 m até o vértice E4P-P-167085 de coordenadas 18º3'24.613" S e 42º13'1.605" W, 197º26'10" e 12,76 m até o vértice E4P-P-167084 de coordenadas 18º3'25.009" S e 42º13'1.735" W, 193º58'24" e 14,13 m até o vértice E4P-P-167083 de coordenadas 18º3'25.455" S e 42º13'1.851" W, 195º58'36" e 44,77 m até o vértice E4P-P-167082 de coordenadas 18º3'26.855" S e 42º13'2.270" W, 202º15'8" e 28,04 m até o vértice E4P-P-167081 de coordenadas 18º3'27.699" S e 42º13'2.631" W, 201º39'44" e 60,48 m até o vértice E4P-P-167080 de coordenadas 18º3'29.527" S e 42º13'3.390" W, 202º15'10" e 17,24 m até o vértice E4P-P-167079 de coordenadas 18º3'30.046" S e 42º13'3.612" W, 202º48'50" e 31,69 m até o vértice E4P-P-167078 de coordenadas 18º3'31.001" S e 42º13'4.017" W, 200º24'43" e 26,90 m até o vértice E4P-P-167077 de coordenadas 18º3'31.821" S e 42º13'4.336" W, 200º6'21" e 29,86 m até o vértice E4P-P-167076 de coordenadas 18º3'32.733" S e 42º13'4.685" W, 199º2'51" e 31,45 m até o vértice E4P-P-167075 de coordenadas 18º3'33.700" S e 42º13'5.034" W, 198º33'55" e 16,44 m até o vértice E4P-P-167074 de coordenadas 18º3'34.207" S e 42º13'5.212" W, 198º31'25" e 21,11 m até o vértice E4P-P-167073 de coordenadas 18º3'34.858" S e 42º13'5.440" W, 199º14'25" e 17,23 m até o vértice E4P-P-167072 de coordenadas 18º3'35.387" S e 42º13'5.633" W, 198º45'37" e 15,46 m até o vértice E4P-P-167071 de coordenadas 18º3'35.863" S e 42º13'5.802" W, 198º48'55" e 33,20 m até o vértice E4P-P-167070 de coordenadas 18º3'36.885" S e 42º13'6.166" W, 199º7'15" e 21,64 m até o vértice E4P-P-167069 de coordenadas 18º3'37.550" S e 42º13'6.407" W, 203º48'38" e 10,85 m até o vértice E4P-P-167068 de coordenadas 18º3'37.873" S e 42º13'6.556" W, 204º26'8" e 17,56 m até o vértice E4P-P-167067 de coordenadas 18º3'38.393" S e 42º13'6.803" W, 203º28'37" e 24,81 m até o vértice E4P-P-167066 de coordenadas 18º3'39.133" S e 42º13'7.139" W, 181º17'6" e 3,94 m até o vértice E4P-P-167065 de coordenadas 18º3'39.261" S e 42º13'7.142" W, 129º49'50" e 24,24 m até o vértice E4P-P-167064 de coordenadas 18º3'39.766" S e 42º13'6.509" W, 145º2'51" e 12,68 m até o vértice E4P-P-167063 de coordenadas 18º3'40.104" S e 42º13'6.262" W, 175º20'11" e 20,98 m até o vértice E4P-P-167062 de coordenadas 18º3'40.784" S e 42º13'6.204" W, 208º26'31" e 2,90 m até o vértice E4P-M-5212 de coordenadas 18º3'40.867" S e 42º13'6.251" W, 211º26'59" e 21,59 m até o vértice E4P-P-167254 de coordenadas 18º3'41.466" S e 42º13'6.634" W, 210º13'36" e 38,97 m até o vértice E4P-P-167253 de coordenadas 18º3'42.561" S e 42º13'7.301" W, 150º23'19" e 2,44 m até o vértice E4P-P-167256 de coordenadas 18º3'42.630" S e 42º13'7.260" W, 147º23'40" e 17,41 m até o vértice E4P-P-167257 de coordenadas 18º3'43.107" S e 42º13'6.941" W, 148º44'57" e 20,46 m até o vértice E4P-P-167258 de coordenadas 18º3'43.676" S e 42º13'6.580" W, 152º6'43" e 15,34 m até o vértice E4P-P-167259 de coordenadas 18º3'44.117" S e 42º13'6.336" W, 156º2'13" e 30,48 m até o vértice E4P-P-167260 de coordenadas 18º3'45.023" S e 42º13'5.915" W, 162º57'38" e 20,77 m até o vértice E4P-P-167261 de coordenadas 18º3'45.669" S e 42º13'5.708" W, 160º49'53" e 23,67 m até o vértice E4P-V-3080 de coordenadas 18º3'46.397" S e 42º13'5.443" W, 162º44'32" e 16,35 m até o vértice E4P-V-3081 de coordenadas 18º3'46.905" S e 42º13'5.278" W, 198º1'7" e 38,51 m até o vértice E4P-V-3083 de coordenadas 18º3'48.096" S e 42º13'5.683" W, 218º18'